

André de Carvalho Ramos

A Construção do Direito Internacional Privado

**Heterogeneidade
e Coerência**

2021



**EDITORA
JusPODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

R175c Ramos, André de Carvalho.
A Construção do Direito Internacional Privado no Século XXI: Heterogeneidade e
Coerência / André de Carvalho Ramos – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
576 p.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-442-3387-0

1. Direito Internacional Privado. I. Ramos, André de Carvalho. II. Título.

1189507

CDD 342.3

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Apresentação da obra	27
Prefácio	31
Introdução	39

PARTE I O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A CONSTRUÇÃO DA HETEROGENEIDADE

1. A coordenação da diversidade normativa e jurisdicional do direito internacional privado	49
2. A pluralidade dos métodos e dos objetivos do direito internacional privado	53
2.1. Aspectos gerais.....	53
2.2. O método indireto	54
2.2.1. As origens do método indireto e sua faceta unilateral	54
2.2.2. O método indireto multilateral e o direito internacional privado das encruzilhadas.....	65
2.3. A evolução do método indireto multilateral: o princípio da proximidade, as conexões múltiplas e a escolha da melhor lei	76
2.4. O método direto e o método do reconhecimento de situações jurídicas	89
2.5. A (falta de) organização da pluralidade de métodos	99

3. A multiplicação de direitos protegidos no direito internacional privado.....	103
3.1. A pluralidade dos métodos e a identificação dos direitos.....	103
3.2. O direito à segurança jurídica no direito internacional privado	104
3.3. O direito à igualdade no direito internacional privado.....	111
3.4. O direito à liberdade no direito internacional privado	114
4. A justiça no direito internacional privado.....	129
4.1. O direito à justiça no direito internacional privado.....	129
4.2. A formação da justiça conflitual.....	134
4.3. A formação da justiça material.....	145
4.4. A justiça e o mito da homogeneidade no direito internacional privado.....	154
5. O direito internacional privado da heterogeneidade.....	161

PARTE II
O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A
CONSTRUÇÃO DO MOSAICO

1. Os institutos de promoção de direitos e a hierarquia de valores no direito internacional privado	165
2. A técnica da prevalência do direito prioritário: o princípio do favorecimento.....	173
2.1. A formação do princípio do favorecimento: evolução (e não revolução)	173
2.2. O favorecimento à validade dos atos jurídicos.....	179
2.2.1. O <i>favor validitatis</i> e o <i>favor negotii</i>	179
2.2.2. O <i>favor testamenti</i>	185
2.3. O favorecimento à preservação ou à dissolução de determinado <i>status</i>	188
2.3.1. O <i>favor filiationis</i>	188
2.3.2. O <i>favor matrimonii</i> e o <i>favor divortii</i>	192
2.4. O favorecimento da vítima de danos (<i>favor laesi</i>).....	200
2.5. A lei mais favorável ao alimentando (<i>favor obligationis</i>).....	206
2.6. A lei mais favorável aos sucessores brasileiros.....	211

2.7. A técnica do direito prioritário pelo uso de leis de validação e de leis comparadas	220
3. A técnica da prevalência do direito essencial: a exceção de ordem pública	227
3.1. Aspectos gerais.....	227
3.2. A abordagem tradicional do conteúdo da ordem pública: os direitos essenciais do Estado do foro	234
3.3. Incidência, funções e fundamentos da ordem pública.....	239
3.4. O conteúdo nacional dos direitos inseridos na ordem pública.....	243
3.5. A ordem pública no Brasil.....	246
3.6. A ordem pública e os tratados de direito internacional privado	250
3.7. O dilema da intolerância na ordem pública.....	258
4. A técnica da prevalência dos direitos protegidos pelo foro: as normas de aplicação imediata.....	271
4.1. Aspectos gerais e as discussões doutrinárias.....	271
4.2. A natureza das normas de aplicação imediata e sua especificidade ...	279
4.3. Os dispositivos nacionais e internacionais referentes às normas de aplicação imediata.....	284
4.4. As normas de aplicação imediata e o conteúdo dos direitos protegidos.....	287
5. A técnica da prevalência dos direitos constitucionais: o controle de constitucionalidade no direito internacional privado	301
5.1. A constitucionalização do direito internacional privado	301
5.2. A imposição dos direitos previstos na Constituição	311
5.3. A proteção dos direitos constitucionais e o risco à diversidade	318
6. A era do mosaico: a fragilidade e a pouca nitidez da imagem do direito internacional privado.....	321

PARTE III
O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A
CONSTRUÇÃO DA COERÊNCIA

1. A busca da sistematicidade formal e da legitimidade substancial no direito internacional privado	329
--	------------

2. O pluralismo jurídico e a gramática dos direitos.....	335
2.1. A aceitação do pluralismo jurídico no direito internacional privado: a heterogeneidade agravada.....	335
2.2. Da coordenação à articulação das ordens jurídicas.....	338
2.3. A regulação das relações privadas transnacionais: a descodificação e a constitucionalização do direito privado.....	342
2.4. O reconhecimento de direitos e seu impacto no direito internacional privado.....	352
2.5. Ascensão dos direitos humanos e a sua eficácia nas relações privadas.....	357
3. A incidência dos direitos humanos no direito internacional privado.....	373
3.1. Atributos diferenciados dos direitos humanos e seu objetivo emancipatório no direito internacional privado.....	373
3.2. O uso indireto dos direitos humanos no direito internacional privado.....	379
3.3. O uso direto dos direitos humanos: a invocação nacional.....	382
3.4. O uso direto dos direitos humanos: a invocação internacional.....	384
4. A busca da coerência e o uso do teste de proporcionalidade no direito internacional privado.....	393
4.1. A coordenação das ordens jurídicas e o uso da hierarquia das fontes.....	393
4.2. A coordenação por meio do diálogo das fontes.....	396
4.3. Universalismo, igualdade material e reconhecimento das diferenças.....	399
4.4. Direito internacional privado, inclusão e a proteção dos vulneráveis.....	405
5. O direito internacional privado e a articulação coerente entre os direitos.....	421
5.1. Aspectos gerais.....	421
5.2. A articulação dos direitos e o teste de proporcionalidade no direito internacional privado.....	422
5.3. A construção da coerência no método do reconhecimento à luz dos direitos humanos.....	428
5.4. A insuficiência da dicotomia <i>lex fori</i> e <i>lex causae</i> no teste de proporcionalidade: o uso das referências cruzadas.....	437

5.5. O teste de proporcionalidade e o sequestro internacional de crianças no direito internacional privado.....	441
5.5.1. A pluralidade de regras e interpretações na matéria de sequestro internacional de crianças: o laboratório da articulação no direito internacional privado	441
5.5.2. A jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos no sequestro internacional de crianças	451
5.5.2.1. A colisão de direitos envolvendo o devido processo legal: a articulação procedimental no direito internacional privado	453
5.5.2.2. A colisão de direitos envolvendo o melhor interesse da criança: a articulação material no direito internacional privado	457
5.5.2.3. A colisão de direitos envolvendo as exceções ao retorno da criança: a articulação material no direito internacional privado	460
5.5.2.4. A colisão de direitos envolvendo a exceção ao retorno por violação de direitos humanos: a articulação material no direito internacional privado	466
5.5.3. A colisão de direitos envolvendo o pluralismo jurídico: a articulação entre direitos previstos em tratados no direito internacional privado.....	469
6. O direito internacional privado heterogêneo e a construção da coerência na proteção de direitos.....	475
Conclusão.....	483
Referências Bibliográficas	495